

MULHERES ESTUDANTES TRABALHADORAS NA UNIVERSIDADE DO PORTO – UMA LICENCIATURA «FORA DE TEMPO» OU «SEM TEMPO»?

Mónica Oliveira/Eva Temudo

Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres/
Instituto Paulo Freire de Portugal

Resumo Este trabalho pretende compreender questões relativas à vida de mulheres estudantes trabalhadoras, procurando analisar a coexistência e/ou a conflitualidade de papéis socialmente reconhecidos como são o ser mulher, companheira, exercer uma profissão e ser estudante.

Pretende-se neste trabalho analisar discursos, tentando penetrar até ao não dito das mulheres estudadas no que respeita à sua relação familiar, profissional e a importância de ser estudante utilizando o espaço e o tempo pessoal como forma de afirmação individual, perante a dualidade casa-emprego ou mesmo família-estudos, tantas vezes discutidas sob o tema da conciliação familiar.

Este texto é construído tendo por base os resultados de um estudo sobre Mulheres Estudantes Trabalhadoras na Universidade do Porto, realizado durante o ano de 2005/2006.

Palavras-chave género, estudantes trabalhadoras, tempo, conciliação

Abstract

METUP Project – Student Working Women at the University of Porto: taking a degree out of time or with no time to take it?

This paper aims to study student-working women and comprehend their life conditions, through the analysis of the coexistence and/or conflict between women's socially recognized roles, such as being a woman, companion, worker and a student, simultaneously.

The purpose of this project is to understand hidden ideas regarding their families, career, and the importance of being a student by using their personal time and space as a way to self-affirmation. Discourse analysis is the tool used to fulfil this objective. We consider that these women's path is done whilst facing the duality of home/job investment and family/school investment, themes that are usually discussed under the topic of family conciliation.

This text was built based on the preliminary results of a study on student-working women at the University of Porto, during the year 2005/2006.

Keywords gender, student-working women, time, conciliation

Résumé

Femmes qui travaillent et étudient à l'Université de Porto: une licence sans temps où ors du temps?

On veut étudier des problèmes éprouvés par des femmes qui étudient et travaillent en essayant d'analyser la conflitualité entre des rôles traditionnels de femme, épouse,

professionnelle et étudiante. On a analysé les discours de quelques femmes, essayant d'identifier même les «non dits», sur les rapports qu'elles ont avec leurs familles, et leur travail. On a analysé aussi l'importance qu'elles défontent au fait d'être étudiantes, en tenant compte le que le temps qu'elles utilisent avec ces études, des fois, est considéré comme «volé» à leurs familles et à leur travail.

Ce texte est construit avec les données qu'on a obtenu avec le Project «Femmes qui travaillent et étudient a l'Université de Porto».

Mots-clés genre, étudiantes qui travaillent, temps, articulation famille/études

Introdução

«Em primeiro lugar as mulheres recusam o anonimato das generalizações. Recusam abrigar-se num sujeito indeterminado onde a sua vida real, concreta, feita de carne e de sangue, de espírito e de inteligência íntima das coisas, seria sufocada e reduzida às dimensões sem relevo do que é indefinido. Recusam ser um número nas estatísticas, um sujeito insípido do direito, uma mera demonstração de qualquer teoria. Elas querem dizer a sua vida. Tal como ela é. A palavra das mulheres diz-se no singular. (...)»

Maria de Lourdes Pintassilgo (1981)

Há alguns anos atrás a concepção tradicional do papel da mulher, sobretudo a da mulher da classe média e da média-alta, quase limitava o seu horizonte ao espaço familiar. A evolução do contexto cultural, social e económico dos países ocidentais, foi alterando significativamente esta concepção, na medida em que as mulheres foram abraçando o mundo laboral, alargando o seu espaço de mulher/mãe ao de profissional, saindo do espaço doméstico e privado para o mundo público (Núncio, 2008). De facto, para Maria das Dores Guerreiro e Inês Pereira (2006), de entre as diferentes transformações sociais e económicas decorridas nos últimos trinta a quarenta anos, a integração das mulheres na população activa surge, portanto, como particularmente significativa

A participação das mulheres na esfera pública não se resume à integração no mercado laboral, mas é também percebida pela maior e mais significativa presença no contexto académico, nomeadamente no ensino superior (Guerreiro e Pereira, 2006). A organização dos quotidianos passou, assim, a ser atravessada pelo tempo consagrado ao trabalho doméstico e às rotinas da profissão, condicionando o investimento em si, como pessoa, na realização da muito citada «dupla jornada de trabalho» (Guerreiro e Pereira, 2006; Núncio, 2008). Será interessante perceber como coexistem/completam e/ou conflituam estes papéis de mulher / profissional e estudante, assim como se movem e debatem as mulheres neste complexo contexto de pressões e de solicitações.

Os estudos feministas têm vindo a dar um contributo importante para que se consiga um entendimento mais profundo e mais crítico de problemas como, por exemplo, os relativos a questões de cidadania, democracia e de multiculturalidade. Permitem que se faça a denúncia de como estes conceitos têm sido frequentemente construídos a favor de uma perspectiva masculina. Com frequência, direitos e cidadania eram (e ainda são) debatidos de uma forma que respeitava essencialmente aos homens, sendo as mulheres relegadas para um papel secundário. Como chama a atenção Lígia Amâncio, «a situação paradoxal de seres da natureza e seres sociais, cujo espaço de exercício da razão se reduziria à função reprodutora, no discurso político da modernidade, tornou as mulheres “seres relativos” no plano da cidadania e dos direitos» (Amâncio, 2003: 703). De facto, Lígia Amâncio e João Oliveira afirmam que «o ser mulher é socialmente pensado por forma a direccionar os comportamentos para uma única esfera de actividade, a esfera privada, a família. Deste modo, é de esperar que mesmo quando as mulheres saem desta esfera para trabalhar, as suas actividades sejam socialmente construídas como uma extensão das actividades domésticas e dos comportamentos a elas associados para o mundo do trabalho» (Amâncio e Oliveira, 2002: 48).

No processo de afirmação do papel das mulheres há alguns passos significativos a assinalar. O seu avanço no mercado de trabalho, crescendo especialmente a partir dos anos 60 (Casaca, 2005), sem dúvida relacionado com alterações que se verificaram no contexto social e económico¹, particularmente decorrente do desenvolvimento da economia de serviços (para uma revisão da literatura ver Casaca, 2005). Para esta alteração contribuiu o maior acesso à esfera pública, visível na crescente representação feminina no ensino superior, secundário e trabalho remunerado, e o maior (ainda que aparente) distanciamento das tarefas domésticas tradicionais que desempenham. Porém, se há maior aceitação desta mudança, ainda que em conjugação com a actividade doméstica, muitos problemas subsistem e têm vindo a ser objecto de estudo por parte de vários autores. A dominação masculina que, como refere Pierre Bourdieu (1998), já não se apresenta hoje tão naturalizada como anteriormente, ainda subsiste. A fraca representatividade das mulheres em níveis mais elevados na carreira profissional e em posições de chefia denota a permanência dessa dominação (Bourdieu, 1998), constituindo a designada «segregação vertical» (Guerreiro e Pereira, 2006: 11), com as mulheres fortemente representadas na base da hierarquia, possuindo empregos pior remunerados, e sentindo maior dificuldade em ascender aos lugares cimeiros (Casaca, 2005; Guerreiro e Pereira, 2006).

¹ De referir que em Portugal, a taxa de actividade feminina entre a população em idade activa é de 67%, ultrapassando os valores médios na União Europeia, situados nos 62%. Também em Portugal se verifica que a taxa de empregabilidade a tempo inteiro feminina é claramente superior ao resto da UE (European Commission, 2005, in Guerreiro e Pereira, 2006).

Se, apesar de tudo, é um pouco menos visível na esfera pública, sabe-se que a «dominação masculina» subsiste muito fortemente na esfera privada, em que as mulheres acumulam as funções tradicionais de companheiras, mães e donas de casa, com a profissão, sem que isso frequentemente seja acompanhado de uma real partilha de trabalhos com os companheiros e restante família. De facto, Lígia Amâncio e João Oliveira (2002), numa revisão da literatura, defendem que a emancipação das mulheres através do trabalho não passa de um mito, uma vez que as mulheres continuam a estar sobrecarregadas, quer com a profissão, quer com o trabalho doméstico, «o que criou nas mulheres trabalhadoras a “identidade de super-mulher”» (Amâncio e Oliveira, 2002: 51), fenómeno esse que é transversal a várias classes sociais e vários sectores profissionais. Anne-Marie Fontaine e colaboradores/as (2004) referem que, a nível europeu, «apesar de tanto homens como mulheres ambicionarem e considerarem desejável uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidado dos filhos, estas actividades continuam a ser uma responsabilidade maioritariamente feminina. A aparente mudança nas atitudes não parece reflectir a prática, dado que os papéis conjugais e parentais continuam a ser estruturados em função do género» (2004: 99). A participação do homem nas tarefas domésticas é significativamente diminuta, resultado de modos enraizados de socialização, marcados por distinções de género (Guerreiro e Pereira, 2006: 11). De facto, segundo vários autores, as mulheres realizam duas a três vezes mais trabalho doméstico do que os homens (Coltrane, 2000, Perista, 2003, cit. in Fontaine *et al.*, 2004). Os inquéritos à ocupação do tempo (cf. Guerreiro e Perista, 1999) mostram que as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pela execução de tarefas domésticas enquanto a participação dos homens continua a ser inferior e a assumir um carácter mais particularizado e suplementar, ainda que se reconheça que o cuidado dos filhos tenha vindo a sofrer um aumento.

Se o desempenho de actividades domésticas e profissionais ainda é fonte de muitos problemas, admite-se que a questão se deverá agudizar quando a estas dimensões se junta a situação em que as mulheres, de forma mais ou menos consciente e assumida, encetam um projecto de valorização pessoal, especificamente, o (re)ingresso no ensino superior. De facto, como diz Piedade Lalanda «a afirmação do espaço pessoal representa a emergência de um tempo individual que rompe com a rotina e contraste com o tempo colectivizado pelas dinâmicas sociais, quer sejam o trabalho, a família ou outras» (2000: 92).

Acredita-se que os muitos e diferentes papéis desempenhados pelas mulheres dão lugar a situações não só complexas mas que também terão diferentes reflexos em diferentes estratos socioculturais. Muito provavelmente, estará relacionada ainda com questões de identidade das próprias mulheres, identidade essa que seria interessante analisar, pois que esta se constrói ao longo de todo um complexo processo de socialização e tendo como pano de fundo «o difícil histórico relacionamento entre a maternidade e a emancipação das mulheres [que] moldou as suas lutas pela agência como cidadãs em vários contextos» (Lalanda, 2000: 99, cf. também Araújo, 2000).

Assim sendo, a interacção entre os papéis de companheira, dona de casa, mãe, profissional e estudante poderá condicionar uma identidade complexa, «múltipla e híbrida», como refere António Magalhães (2001), identidade essa que pode evoluir e, portanto, alterar-se. Este poderá ser um processo doloroso que acarreta alguns custos.

O estudo

Para tentar abordar as questões anteriormente referidas, o presente trabalho escolheu como objecto de análise um grupo especial de mulheres – as mulheres estudantes trabalhadoras – as quais, para além de trabalharem fora de casa, decidem empreender um percurso de valorização pessoal, estudando na universidade. Trata-se de uma situação que poderá estar relacionada com uma aspiração mais ou menos consciente de se assumirem como agentes activos.

Neste estudo pretende-se perceber se e como a conflitualidade de papéis acontece no universo de mulheres estudantes trabalhadoras, agudizando as questões de articulação dos diversos papéis já atrás referidos. Do mesmo modo, será importante também tentar perceber como são geridas as várias dimensões do quotidiano desta população. O ensino superior apresenta-se como um campo rico para analisar este tipo de questões, uma vez que se, por outro lado, se verifica a «abertura generalizada e a aparente democratização do acesso» (Almeida *et al.*, 2006: 513) a este grau de ensino, também é verdade que a Universidade acaba por «integrar diferenciações relativamente aos trajectos escolares anteriores, à escolha do curso e às taxas de sucesso associadas ao género e à origem sociocultural dos estudantes» (*ibid.*). Por outras palavras, apesar de ser um subsector de ensino ao qual os alunos atribuem mais prestígio e maiores probabilidades de inserção profissional (Braga da Cruz *et al.*, 1995, cit. in Almeida *et al.*, 2006), reveste-se também de dificuldades, importando perceber como são sentidas por mulheres estudantes trabalhadoras e se estas conseguem geri-las com maior ou menor sucesso. Interessa perceber, também, se sentem que o Ensino Superior funciona numa lógica de reprodução ou de promoção sociocultural, dualidade para que chamam a atenção Leandro Almeida e colaboradores/as (2006).

Atendemos a Iris Young (1997), que considera que o «género» concebe as mulheres como um colectivo, um grupo identitário, com valores e expectativas mais ou menos comuns, e sobretudo consciente da sua situação de socialmente oprimido. Esta autora frisa que, muito embora o conceito de «género» seja útil ao evidenciar as condições de opressão das mulheres, frequentemente imperceptíveis no nosso dia-a-dia, ao mesmo tempo incorre no risco de homogeneizar um grupo que é em si mesmo heterogéneo, mascarando a multiplicidade e ignorando as experiências particulares dos seus elementos. Assim, se por um lado, conceber as mulheres como um grupo homogéneo pode significar ignorar as suas vivências idiossincráticas, as relações que foram estabelecendo ao longo da

vida (classe, nacionalidade, etnia, religião, etc.), por outro lado a não afirmação como grupo arrisca a que a dominação das mulheres não seja verdadeiramente compreendida como parte integral no processo de construção das sociedades, enquanto experiência colectiva, vivida por todas as mulheres, ainda que de forma diferente. De facto, «negar a realidade das mulheres como um colectivo, reforça o privilégio daqueles que beneficiam da sua opressão mantendo-as divididas» (Young, 1997: 18).

Ruth Lister defende que «o desenvolvimento de um sentido consciente de agência, tanto ao nível pessoal como político, é crucial para que as mulheres quebrem as cadeias da vitimização e para a sua emergência como cidadãs activas, em pleno» (1997: 38). A possibilidade de «agência» é também trabalhada pelo conceito freireano de «conscientização», um dos conceitos mais conhecidos e discutidos de Paulo Freire. Este conceito designa inicialmente o processo de tomada de consciência crítica das condições que, de forma mais ou menos explícita, contribuem para a existência da condição de seres ou grupos em condição de opressão. Para além de tomada de consciência crítica das condições de opressão, o processo de conscientização conduzirá a tomadas de posição face a estas condições. Paulo Freire assume explicitamente a importância do desenvolvimento que transcende a simples capacidade de intervenção e consciência da opressão: «Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual se dá como objecto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica» (1980: 26). Este autor, nos seus estudos, refere o conceito de oprimido também quando fala, entre outras, de minorias étnicas e de género, discutindo a situação que o «oprimido» vive, estando na condição de «colonizado» pelo opressor, pelo facto de este adoptar como sendo suas as normas e valores daquele que o oprime (Freire, 1970). Lígia Amâncio parece ir ao encontro desta ideia quando afirma existir uma «relatividade» na emancipação feminina, uma vez que «as disposições institucionais e ideológicas e a própria auto-representação ainda colocam as mulheres numa situação de alteridade, que é patente nos conteúdos do estereótipo feminino e na construção ideológica de um papel que as remete para uma situação de dependência simbólica do contexto (desvalorizado) da família e do privado, mesmo quando exercem funções na esfera pública» (Amâncio, 2002: 59).

A consciência de que o papel tradicional da mulher-mãe-companheira se encontra construído e enraizado em mulheres e homens, ao longo de todo o processo de socialização, alerta ainda para a importância de considerar os trabalhos que referem que só um continuado e bem estruturado conjunto de ocorrências e acções poderá ter possibilidade de ter alguma influência numa real mudança de atitudes relativamente a estas questões (Cortesão e Stoer, 1995).

Metodologia

O universo em análise no presente trabalho foi o das mulheres que frequentam o ensino superior universitário público da Universidade do Porto, como estudantes trabalhadoras.

Começou-se por caracterizar esta população quanto ao número, distribuição por Faculdades e Cursos Superiores, idade, estado civil, agregado familiar, profissão, e ainda outros dados importantes do ponto de vista sociodemográfico. Foram abordadas, também, as suas experiências particulares, nomeadamente a sua heterogeneidade ao nível dos percursos profissionais, educação, qualificação e relações familiares e sociais.

Ao nível da vida privada e, especificamente das relações com a família, procurou-se recolher alguns dados relativos à divisão do trabalho doméstico, às expectativas e estratégias no que se refere à estrutura familiar e as implicações (materiais e afectivas) no agregado familiar do tempo investido na obtenção da licenciatura. Estes dados foram colhidos através de questionários com perguntas fechadas e abertas e de entrevistas semi-direccionadas. Fundamentalmente, pretendeu-se obter pistas sobre as estratégias que as mulheres e os próprios sistemas familiares encontram para se reajustar a esta (nova) realidade, e como estas gerem os seus tempos académicos, familiares, profissionais e pessoais. De facto, coloca-se a hipótese que a afirmação do espaço de enriquecimento e investimento pessoal acarreta frequentemente uma dificuldade para a manutenção de uma rotina, enfrentando, deste modo, as tradicionais dinâmicas sociais, quer sejam a família, o trabalho ou outras.

Ao nível da designada «*life long learning*» (aprendizagem ao longo da vida), pretendeu-se analisar as motivações que estão na base do investimento numa licenciatura, ao mesmo tempo que desenvolvem a sua actividade profissional, e em que medida consideram que este esforço servirá para uma real ascensão na carreira, ou a um redireccionamento desta, para o desenvolvimento pessoal e/ou para uma mudança de estatuto social.

Por último, é de referir que não é nosso objectivo realizar uma análise profunda e problematizadora do conceito de trabalho nas duas esferas sociais distintas: uma esfera pública – «referenciada espacialmente e funcionalmente ao campo produtivo, sendo que nele o trabalho/emprego é suportado por relações extrafamiliares e unido estreitamente a uma remuneração» (Rocha e Ferreira, 2006: 17) e uma esfera doméstica – «referenciada espacial e funcionalmente ao lar, às relações familiares a ao trabalho (doméstico) envolvido na (re)produção quotidiana dos membros do grupo familiar» (*id. ibid.*).

Para a realização deste trabalho foi mobilizado um conjunto muito diverso de metodologias, que incluíram a análise bibliográfica de diversos documentos, a utilização de bases de dados estatísticos disponíveis (por exemplo: Direcção Geral do Ensino Superior – DGES; INE; EUROSTAT; Reitoria da Universidade do Porto) e a realização de inquéritos (através da aplicação de um questionário

construído para o efeito) e entrevistas a mulheres a frequentar o ensino superior como estudantes trabalhadoras na Universidade do Porto.

Número de estudantes trabalhadoras

Foram listadas todas as alunas com estatuto de estudantes trabalhadoras registadas na Reitoria da Universidade do Porto no ano 2005/2006. De entre estes o número encontrado foi de 1080 mulheres (Quadro 1).

	Total	%
Mulheres	1080	48,19
Homens	1161	51,81%
Total	2241	100,00%

Fonte: Reitoria UP.

Foram distribuídos questionários em todas as Faculdades da Universidade do Porto. Através do SIGARRA² obteve-se o e-mail de todas as alunas inscritas na UP, tendo-se seleccionado o grupo das estudantes-trabalhadoras a quem foi enviado o inquérito via e-mail. Dadas as dificuldades de contacto com as estudantes trabalhadoras, o número de inquéritos recolhidos ficou aquém do esperado, sendo que apenas 103 foram considerados válidos para análise, o que perfaz cerca de 10% do Universo em estudo (v. Quadro 1). Foram realizadas sete entrevistas.

O questionário permitiu caracterizar a amostra do ponto de vista socio-demográfico, bem como obter informações que também servissem de ponto de partida para a elaboração das entrevistas. Para a análise dos inquéritos, na sua vertente quantitativa, utilizou-se o Programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para o Windows. Na vertente qualitativa, realizou-se uma análise de conteúdo às duas questões abertas do questionário, que procurou agrupar significações, cruzando-as posteriormente com a análise dos discursos directos obtidos a partir da análise das entrevistas. A análise de conteúdo teve por objectivo organizar e, portanto, evidenciar os grandes temas abordados pelas inquiridas. Tratou-se de uma análise categorial que analisa o texto segundo a presença e a frequência de unidades de sentido, de onde emergiram as categorias estudadas. É de referir que os dados analisados decorrem do discurso produzido pelas

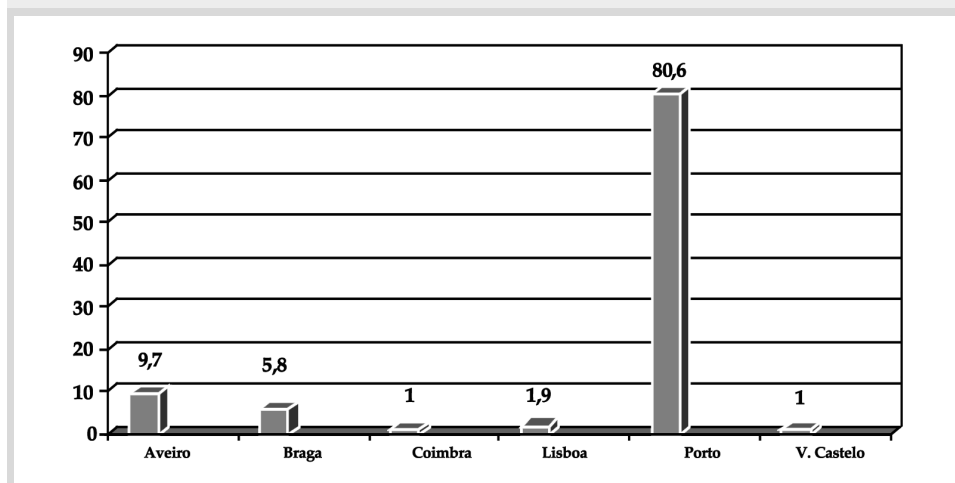
² O SIGARRA é um sistema integrado de gestão de alunos e de recursos humanos da UP, via WEB, da responsabilidade do IRICUP (Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns da Universidade do Porto).

inquiridas e correspondem, portanto, às representações que têm das circunstâncias de vida em que se encontram.

Dados sociodemográficos: breve caracterização

Relativamente à caracterização sociodemográfica da amostra em estudo e especificamente ao distrito de residência, a esmagadora maioria é do distrito do Porto (81%), sendo que as restantes se dividem, por ordem decrescente, entre os distritos de Aveiro, Braga, Lisboa, Viana e Coimbra (Quadro 2). O facto de haver estudantes trabalhadoras deslocadas, justifica as referências que constam nos inquéritos relativos ao tempo gasto nas deslocações aos estabelecimentos de ensino, factor que é sentido como uma dificuldade acrescida na conciliação entre família, estudo e trabalho.

Quadro 2: Distribuição da amostra por distrito de residência



Relativamente à caracterização da amostra, a maioria das respostas provieram da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (32%) e da Faculdade de Letras (30%), sendo a terceira fatia da Faculdade de Ciências (12,6%), precisamente as faculdades que apresentam o maior número efectivo de mulheres estudantes trabalhadoras da UP. Este dado parece ser consistente com outros estudos desenvolvidos no contexto nacional e internacional, onde se verifica que o género determina, em grande medida, uma predominância do sexo feminino nos cursos ligados às ciências sociais, ainda que estejam cada vez mais presentes em cursos tradicionalmente associados ao sexo masculino, reflectindo uma cada vez maior abertura a estas áreas (cf. Almeida *et al.*, 2006).

Quadro 3: Inquéritos recolhidos por Faculdade

Faculdade	Frequência	%
Homens	1161	51,81%
FPCEUP	33	32,0
FLUP	30	29,1
FCUP	13	12,6
FCNAUP	8	7,8
FEUP	6	5,8
FMUP	3	2,9
ICBAS	3	2,9
FAUP	2	1,9
FBAUP	1	1,0
FDUP	1	1,0
FEP	1	1,0
FFUP	1	1,0
FMDUP	1	1,0
Total	103	100,0

Constatou-se que a grande maioria (73%) tem menos de 30 anos, sendo que metade da amostra (50%) se encontra entre os 25 e os 30 anos (Quadro 4). É de sublinhar a existência de 27 mulheres com mais de 30 anos, sendo que quatro destas têm mesmo mais de 50 anos.

Quadro 4: Distribuição da amostra por idade

Idade	Frequência	%
<25	24	23,3
25-30	52	50,5
31-35	9	8,7
36-40	8	7,8
41-45	5	4,9
46-50	1	1,0
>50	4	3,9
Total	103	100,0

A maior parte das inquiridas neste estudo não tem filhos/as (69% da amostra) sendo que 16,5% tem um/a filho/a e as restantes dividem-se entre 2 filhos/as, 3 e 4 ou mais filhos/as (Quadro 5). O grupo das mulheres estudantes trabalhadoras com filhos/as representa 31% da amostra.

Quadro 5: Distribuição da amostra por número de filhos/as

N.º Filhos/as	Frequência	%
0	71	68,9
1	17	16,5
2	7	6,8
3	1	1,0
4	2	1,9
Omissos	5	4,9
Total	103	100,0

Na amostra analisada, verificou-se que 42,7 % das mulheres vivem com o cônjuge/companheiro/a ou com este/a e filhos/as (Quadro 6).

Quadro 6: Distribuição da amostra por com quem vive

Com quem vive	Frequência	%
Com o pai e/ou mãe	34	33,0
Marido/companheiro/a	24	23,3
Marido/cônjuge/companheiro/a e filho(s)	21	20,4
Sozinha	12	11,7
Com filhos/as	3	2,9
Com amigos/as/colegas de apartamento	1	1,0
Outra	6	5,8
Total válidos	101	98,1
Omissos	2	1,9
Total	103	100,0

Quanto à situação profissional, a maioria (cerca de 57%) está empregada por conta de outrem, quer a tempo total como a tempo parcial, sendo que a segunda grande franja da amostra pertence à Função Pública. Salienta-se que 7% destas mulheres referiram que estão inactivas ou em situação de desemprego; o facto de se considerarem como estudantes trabalhadoras parece indicar que o foram até pouco tempo antes de preencherem o inquérito, que estão à procura de novo emprego, ou ainda que se encontram inscritas nos centros de emprego. De sublinhar, também, o emprego a tempo inteiro da maioria das mulheres da amostra (Quadro 7), facto que vai ao encontro dos indicadores sobre a situação de emprego feminino em Portugal (Casaca, 2005; Guerreiro e Pereira, 2006).

Quadro 7: Situação profissional das mulheres da amostra

Situação profissional actual	Frequência	%
Empregada por conta de outrem (tempo inteiro)	33	32,0
Empregada por conta de outrem (tempo parcial)	26	25,2
Função pública	19	18,4
Trabalhadora por conta própria (tempo inteiro)	8	7,8
Trabalhadora por conta própria (tempo parcial)	6	5,8
Empresária com empregados a seu cargo	1	1,0
Inactiva*	7	6,8
Total válidos	100	97,1
Omissos	3	2,9
Total	103	100,0

* Mulheres em situação de desemprego recente e à procura de novo emprego.

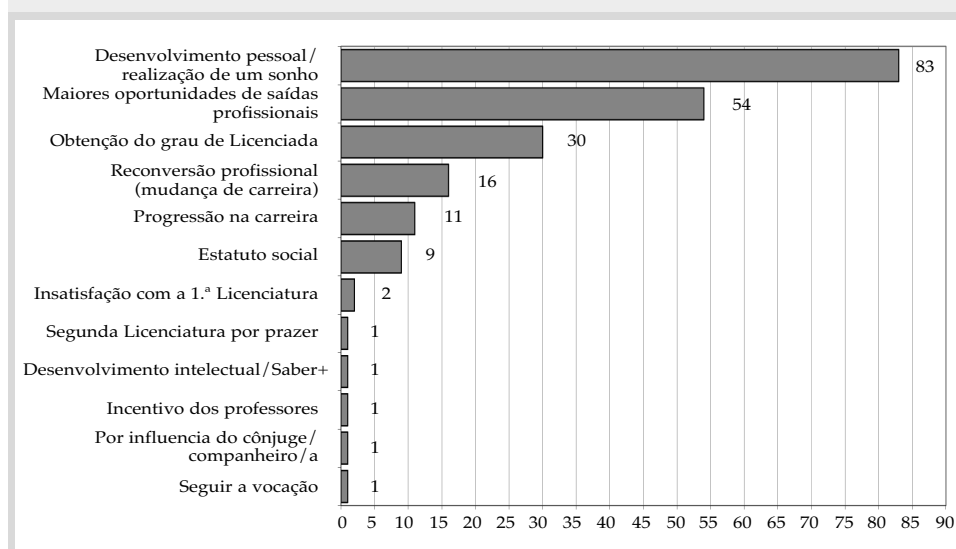
A maioria das inquiridas não interrompeu os estudos desde que entrou no ensino superior (Quadro 8). Ao contrário, 31% destas afirma que se viu forçada a interromper os estudos superiores devido às dificuldades de conciliação dos diferentes papéis. Salienta-se que a maioria das mulheres que interrompeu os estudos vive com o marido/companheiro/a e filhos/as, ou só com marido/companheiro/a.

Quadro 8: Distribuição da amostra por interrupção de estudos

Interrompeu estudos	Frequência	%
Sim	32	31,1
Não	70	68,0
Total válidos	102	99,0
Omissos	1	1,0
Total	103	100,0

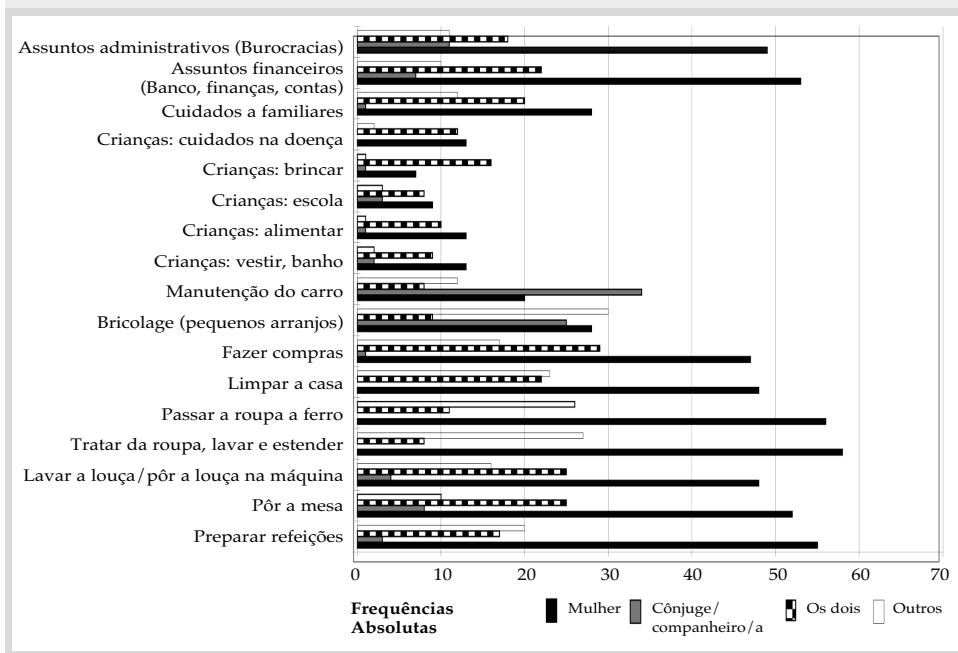
No entanto, não obstante todas as dificuldades sentidas e que levaram à interrupção de estudos, verifica-se que por vezes acontece um reingresso no ensino superior, o que parece indicar a não abdicação de um projecto de vida, mas sim apenas o seu adiamento. Efectivamente, 83% das mulheres inquiridas que ingressaram no ensino superior como estudantes trabalhadoras invocam como uma das motivações o «desenvolvimento pessoal/realização de um sonho». O investimento na carreira e a abertura de novas perspectivas profissionais pela obtenção de um novo grau académico parecem também representar uma parte significativa das razões invocadas, como se pode confirmar no quadro seguinte (Quadro 9).

Quadro 9: Razões apontadas para o ingresso no Ensino Superior



Relativamente à divisão de tarefas, que poderá ocorrer no quotidiano familiar, verificamos que as inquiridas afirmam que há tarefas que são referidas como sendo quase exclusivamente da sua responsabilidade (Quadro 10). Trata-se de tarefas em que o cônjuge/companheiro/a participa pouco ou nada, nomeadamente, «limpar a casa», tarefas relacionadas com o tratar da roupa (passar a ferro, lavar, etc.) e «preparar refeições». É referido nas respostas obtidas que o cônjuge/companheiro/a participa mais e até ultrapassa a mulher na «manutenção do carro» e «bricolage». Onde parece existir maior partilha de tarefas é nos assuntos relativos as crianças (nos casais com filhos) e em «fazer compras», dado que é encontrado noutros estudos que apontam como tarefas neutras do ponto de vista do género, e por isso mais equitativamente partilháveis, o pagar contas e fazer compras (Coltrane, 2000, Perista, 2003, cit. in Fontaine, 2004). Como referimos atrás, os inquéritos à ocupação do tempo apresentam as mulheres como as principais executoras de tarefas domésticas (como a preparação das refeições, o tratamento da roupa ou a limpeza regular da casa), verificando também que a actividade de cuidado aos filhos tem vindo a beneficiar da cada vez maior participação masculina (Guerreiro e Perista, 1999).

Quadro 10: Partilha de tarefas domésticas



Aquilo que apuramos nas respostas dadas no inquérito é que, segundo as inquiridas, há tarefas «dela», tarefas «dele» e tarefas que poderão ser «dos dois». Apesar disso, as mulheres da nossa amostra afirmam que realizam sempre todas as tarefas, partilhando poucas. Mesmo nas tarefas em que os cônjuges/companheiros/as são referidos como sendo responsáveis, as mulheres aparecem também representadas.

Parece assim tratar-se de uma situação em que, apesar de se tratar de mulheres activas e independentes, continua a ocorrer uma distribuição de papéis bastante tradicional, que vai ao encontro da interiorização das responsabilidades que, tradicionalmente, as mulheres «devem» desempenhar. O que também é evidenciado em trabalhos anteriores, como por exemplo os de Sofia Alexandra Cruz (2004), onde se afirma que «as mulheres trabalhadoras entrevistadas casadas e com filhos, vivem nos seus lares o modelo tradicional assimétrico da divisão sexual do trabalho no qual assumem integralmente todas as tarefas relacionadas com a esfera doméstica» (2004: 592). O que é sobretudo interessante salientar é que, tal como trabalhos anteriores também evidenciam, ao exercício destas tarefas tradicionais se adicionam outras que, numa distribuição clássica, seria mais de esperar que fossem atribuídas aos homens. Por outras palavras, o avanço para a situação de estudante trabalhadora parece traduzir-se em mais trabalho do que numa redistribuição/partilha de tarefas.

Discursos Directos

Como se referiu antes, o presente estudo propôs-se explorar sistematicamente as dificuldades expressas em articular os estudos, o trabalho e a vida familiar. Propôs-se também identificar medidas que as inquiridas consideram poder contribuir para a resolução das dificuldades apontadas.

Nesse sentido, procedeu-se ao estudo das duas questões abertas do inquérito, através de uma análise de conteúdo, agrupando significações e cruzando-as depois com a análise dos discursos directos obtidos a partir das entrevistas realizadas.

As questões abertas que constavam dos inquéritos eram as seguintes:

Questão 1: Quais são as principais dificuldades com que se confronta ao procurar conciliar os estudos, o trabalho e a sua vida familiar?

Questão 2: Indique até quatro medidas de natureza familiar e/ou institucional e/ou governamental que na sua opinião deveriam ser implementadas para contribuir para a resolução destas dificuldades.

Salienta-se que os dados analisados decorrem do discurso produzido pelas inquiridas, correspondendo, portanto, às representações que têm das circunstâncias de vida em que se encontram. Tratou-se de uma análise categorial que analisa o texto segundo a presença e a frequência de unidades de sentido.

Análise das respostas

Questão 1 – «Quais são as principais dificuldades com que se confronta ao procurar conciliar os estudos, o trabalho e a sua vida familiar?»

Em relação a esta questão, consideraram-se duas dimensões essenciais nas respostas obtidas: Dificuldades a nível Pessoal e a nível Institucional (v. Quadro 11). Relativamente à dimensão Pessoal, as categorias que emergiram mais significativamente foram as dificuldades relacionadas com o Tempo (sobretudo a falta de tempo), a Fadiga Física/ Psicológica/ Desmotivação, Dificuldades Económicas e Falta de Apoio da Família.

Como sub-categorias da categoria tempo, são referidas sobretudo as dificuldades ao nível da «Gestão do Tempo». Mas há as que especificam também a que *Tempo* se estão a referir, aparecendo, assim, o Tempo Pessoal, Tempo para a Família, Tempo para o Estudo, Tempo para a Frequência das Aulas e Tempo para Deslocações à Faculdade. No quadro seguinte, apresentamos alguns exemplos ilustrativos destes discursos.

Quadro 11: Discursos que ilustram a falta de tempo

Tempo	Respostas
Tempo Pessoal	• «... poder despende de mais tempo para mim» B.S.F.
Tempo para a Família	• «Sinto que desde que reiniciei os estudos tenho prejudicado a minha filha, com a qual já não passo tanto tempo» M.N.
Tempo para o Estudo	• «... quase não tenho tempo para dedicar aos estudos fora da faculdade» M.N. • «O tempo disponível para aprofundamento de estudos, investigação e dedicação é muito pouco» F.L.P.
Tempo para Frequência das Aulas	• «... impossibilidade de frequentar todas as aulas» A.C. • «Dificuldade para frequentar as aulas práticas de forma a não ultrapassar o limite permitido ...» F.M.P.
Tempo Deslocações	• «Sair de casa implica pelo menos quatro horas...» F.B. • «O stress das viagens diárias» F.C.P.

Quanto à dimensão Institucional, as categorias que foram sendo referidas como dificuldades foram: Horários (quer da Faculdade quer do local de trabalho), Professores, Colegas e Recursos/Apoios da Faculdade. Na categoria Horários, e dada a relevância destas respostas, houve necessidade de distinguir os relativos à Instituição Escolar (Faculdade) e, aqui, distinguir também aqueles referentes aos horários dos Serviços Académicos (Secretaria, Reprografia, Biblioteca, etc.) e ao próprio Horário do seu local de trabalho (designados como Entidade Patronal).

Quadro 12: Principais dificuldades em conciliar os estudos, o trabalho e a vida familiar (Dimensões, categorias e sub-categorias encontradas)

Dimensões	Pessoal								Institucional						
	Tempo								Horários						
Categorias									Faculdade						
Sub-categorias	Gestão do Tempo	Tempo Estudo	Tempo Família	Tempo Pessoal	Tempo Freq. ^a Aulas	Tempo Deslocs. Faculdade	Fadiga Física/Psicológica/Desmotivação	Falta de Apoio Família	Dificuldades Económicas	Curso	Serviços	Entidade Patronal	Professores	Recursos/Apoios Faculdade	Colegas
Freq. Absoluta	60	23	19	17	16	10	17	10	4	11	4	7	16	9	4
Freq. Relativa (%)	58.25	22.3	18.5	16.5	15.5	9.71	16.5	10	3.92	10.8	3.92	6.86	15.68	7.84	3.92

É importante esclarecer que, tal como foi solicitado, as inquiridas apontaram nas suas respostas mais do que uma dificuldade. Daí que a leitura das percentagens que constam do Quadro 12 corresponda à percentagem com que cada categoria e sub-categoria foram mencionadas.

Dificuldades com o Tempo

Tal como se esperava, foi a categoria «Tempo» que obteve a maior frequência de respostas. As mulheres estudantes trabalhadoras referem que as suas maiores dificuldades se situam a nível da Gestão do Tempo nos vários domínios das suas vidas, ou seja, sentem que não têm tempo para todas as tarefas e funções que têm a seu cargo. De facto, a maior parte das nossas inquiridas deram apenas como resposta «Falta de tempo» e «Dificuldade em gerir o tempo» como paradigma das dificuldades sentidas. E, dentro da categoria «Tempo», o designado «Tempo Pessoal» não aparece com uma das reivindicações cimeiras. Refere-se sobretudo a falta de «Tempo para o Estudo» e de «Tempo para a Família», que são os aspectos mais nomeados.

Percebe-se que mais do que tempo para si próprias, estas mulheres reivindicam «Tempo para a Família». Pode perceber-se um sentimento de culpa subjacente nesta população, por sentirem estar como que a «roubar tempo» que seria «por direito» da família, aplicando-o ao estudo, aspecto mencionado em vários inquéritos. Esta interpretação foi confirmada através dos dados recolhidos nas entrevistas, por exemplo, como se observa nas palavras de M. J. «*eu sinto-me sempre permanentemente culpada, porque eu é que não tenho filhos porque estou a estudar... não posso ir sair... é sempre aquela pressão... o peso da família...*».

Fadiga

Este percurso não é feito sem momentos de grande «Fadiga Física/Psicológica e Desmotivação», como é referido por estas mulheres, pela sua desmultiplicação por diversos papéis, espaços e tempos, «*Eu não sabia como ia tomar conta da minha filha, trabalhar, estudar, ao mesmo tempo...*» diz M. A.

Falta de Apoio

A «Falta de Apoio da Família», nomeadamente pela parte do companheiro na partilha de tarefas, é evidenciada em algumas respostas. Como afirma T. C.: «*As mulheres estão muito mais sobrecarregadas nas tarefas que têm de desempenhar no dia-a-dia, como mães, como donas de casa, porque é assim: a tarefa é nossa. Eles quando muito ajudam e a responsabilidade de ter as coisas ou de não ter é sobre nós que sobrecaí*³

³ Transcrito do discurso original, sem correcções ou adaptações.

e só isso nos dá uma sobrecarga diária muito maior, por muito grande que seja a ajuda...». É, neste sentido que, por vezes é referido o facto de o companheiro dar muito apoio. No entanto, a análise das respostas relativas ao tipo de «apoio» dado parece indicar que na prática, e na maioria dos casos, não ocorrem reais formas de colaboração. Nas palavras de M.: «... tem sido um grande companheiro, porque tem estado sempre ao meu lado (...) não vou dizer apoio do género eu estou a estudar e ele está a fazer o jantar, isso ele não faz (...) eu acho que há coisas que não vale a pena insistir muito (...) eu é que tenho de ser inteligente, para evitar o confronto». Isto mesmo é reafirmado por T. C. «ele sempre me apoiou mas só que depois o apoio é teórico, não é... não chega (...) eu acho que os homens por natureza são comodistas». É de salientar a benevolência com que é constatado este estado de coisas, benevolência que, certamente, decorrerá da interiorização dos papéis que a mulher «deve» desempenhar. Mas, por vezes, a impaciência manifesta-se: M. J. chega mesmo a afirmar que «há dias em que eu me chateio e pura e simplesmente não faço o jantar (...) não ajudas... olha, não ajudas, vamos comer sandes!»

Problemas experienciados na Faculdade

A nível Institucional podemos destacar como sendo um grande obstáculo apresentado, os «Horários da Faculdade», nomeadamente os «Horários do Curso». Grande parte das inquiridas refere como sendo uma das grandes dificuldades, na concretização do seu percurso académico, a falta de horários lectivos pós-laborais: «como os horários são muito rígidos e diurnos, entram em conflito com os horários de trabalho, porque os horários de trabalho também são rígidos» afirma M. A. e reforça esta afirmação P. B. quando diz: «se tivéssemos aulas à noite, ou em horários alternativos isso seria o ideal».

É de referir também os constrangimentos sentidos ao nível dos horários das repartições académicas, como a secretaria e outros serviços: M. B. afirma «a secretaria está aberta até às quatro ou quatro e meia se eu precisasse de tratar de alguma coisa tenho que faltar ao trabalho, foi o que aconteceu!». M. J. reforça esta questão dizendo que: «para se inscrever para exames tem de se inscrever na secretaria. O horário da secretaria engloba⁴ que se tem de faltar um dia ao trabalho e nenhum patrão gosta que a pessoa esteja permanentemente: aí tenho que ir à faculdade». Note-se como este tipo de discurso revela que as obrigações face às «exigências do patrão» são assumidas como prioritárias.

Da análise dos inquéritos é ainda de salientar a referência que é feita à falta de «Recursos/Apoios da Faculdade» no que concerne à disponibilização das «sebentas», apontamentos e outros materiais de apoio ao curso.

⁴ Transcrito do discurso original, sem correcções ou adaptações.

Problemas com os/as Docentes

Um dado que é de salientar foi a referência aos/às «Professores/as» como fazendo parte do rol de dificuldades que estas estudantes têm de enfrentar. Algumas estudantes trabalhadoras afirmam não lhes ser dado apoio pelos/as docentes: «*Os professores às vezes podiam colaborar um bocadinho mais, eles vêem os estudantes trabalhadores... um bocado como os meninos que os papás arranjaram o estatuto "trabalhador estudante". Há muita gente que não trabalha e tem o estatuto "trabalhador estudante"... e os outros pagam por tabela*», afirma M. J., relativamente ao sentimento de falta de compreensão quanto ao seu estatuto de estudantes trabalhadoras. Este dado foi reforçado na voz de M. B. quando afirma: «*aqui eu cheguei a ouvir nesta faculdade (...) que quem trabalha que trabalhe, não tem nada que vir estudar. Há professores terríveis e cruéis!*». Este tipo de afirmações reforça a ideia de que estas alunas muitas vezes são vistas como «alunos/as de segunda categoria» por não poderem ter uma dedicação total ao Curso, como acontece com os/as alunos/as com frequência ordinária.

Problemas com o emprego

A entidade patronal aparece, também, como alvo de críticas, principalmente pelo facto de, segundo as inquiridas, não cumprirem as regras que protegem o estatuto de estudante trabalhador. Muitas destas trabalhadoras afirmam sentir que têm que «compensar» o tempo que, por direito, não dão ao trabalho para frequentar as aulas a que, por lei, têm direito: «*... ficava lá até às oito, oito e trinta da noite para compensar o tempo que tinha perdido para ir às aulas*» (note-se a utilização da expressão «tempo que tinha perdido»), nas palavras de M. B., nas de M. J. «*embora nós tenhamos legalmente aquele direito ao dia do exame e às vezes ao dia antes, eu nunca me atrevi a meter isso. Só mesmo o tempo do exame porque, se eu exigir (...), no fim do contrato eles me vão mandar embora*». «*É uma gestão economicista, nem que implique tirar os direitos que as pessoas têm*», afirma T. C. Esta ideia é reforçada por M. ao afirmar que: «*a empresa sempre me disse, desde o início, que o curso não interessava à empresa (...) Claro que essas coisas não são ditas por escrito (...) Sou muito penalizada nas avaliações porque sou muito faltosa, a empresa penaliza, é severa*».

Há pressões mais ou menos explícitas da entidade patronal sobre estas mulheres. O curioso é o facto da razão de ser destas pressões estar fortemente interiorizada nas próprias estudantes, pois, ao mesmo tempo que se queixam, colocam-se na posição da entidade patronal: «*eu própria acho que eles têm razão*» diz M. Reafirma M. J.: «*eu também não os posso censurar muito porque à partida eles nunca vão investir muito em mim, porque eles sabem que quando acabar o curso vou-me embora*».

Questão 2 – «Indique até quatro medidas de natureza familiar e/ou institucional e/ou governamental que na sua opinião deveriam ser implementadas para contribuir para a resolução destas dificuldades»

Relativamente a esta questão, as medidas propostas pelas respondentes agruparam-se essencialmente em quatro Dimensões (ver Quadro 13): medidas referentes à Faculdade, às Empresas, à Família e ao Estado. A Dimensão Faculdade foi organizada em oito categorias: Horários dos Serviços, Horários dos Cursos, Abolição de Faltas, Tempos de Avaliação, Apoio dos Professores Extra-aulas, Creches, Diminuição da Burocracia e Utilização da Internet (regime de e-learning e disponibilização *online* de matérias e conteúdos do curso).

Na dimensão Empresas foram agrupadas duas categorias: Flexibilidade de Horários e Fiscalização.

O Apoio Familiar foi considerado, por si só, uma categoria. As medidas referentes ao Estado abrangem as categorias Bolsas, Apoio Social e Governo.

Perante a grande diversidade de respostas obtidas, houve necessidade de contemplar uma categoria adicional «outros», que agrupa os itens muito diversos e impossíveis de articular com as restantes categorias, nas Dimensões Faculdade e Empresas.

Quadro 13: Medidas que deveriam ser implementadas para contribuir para a resolução das dificuldades de conciliação (Dimensões e Categorias encontradas)

Dimensões	Faculdade								Empresas	Família	Estado					
Categorias	Horários Curso	Tempos Avaliação	Outros	Horários Serviços	Internet	Abolir Faltas	Creches	Apoio Profs Extra-aulas	Diminuição da Burocracia	Flexibilidade de Horários	Fiscalização	Outros		Governo	Apoio Social	Bolsas
Freq. Absolutas	42	19	18	12	8	7	7	6	2	15	6	1	2	15	13	7
Freq. Relativa (%)	40.78	18.45	17.48	11.65	7.77	6.80	6.80	5.83	1.94	14.56	5.83	0.97	1.94	14.56	12.62	6.80

Das medidas indicadas, as mais frequentes prendem-se com os «Horários do Curso», mencionadas por 40,7% das mulheres, nomeadamente a reivindicação de (mais) aulas em horários pós-laborais e aos sábados. Estes horários seriam importantes para poderem assistir à leccionação de matérias e esclarecer dúvidas, «*Se houvesse um curso nocturno facilitava a vida a muita gente...*» afirma M. A. e P. B. «*... se houvesse uma definição maior das obrigações da universidade para com os trabalhadores estudantes (...) porque a única coisa que realmente eu noto aqui de diferente é que nós temos a possibilidade de fazer exames mais uma época por ano. Eu não noto aqui sinceramente mais nada além disso*».

Outra sugestão é a generalização do uso da «Internet», quer através de ensino à distância, quer através da colocação dos conteúdos das aulas *online*, quer mesmo para permitir o esclarecimento de dúvidas junto dos/as professores/as, pela pouca disponibilidade de o fazer presencialmente. «*O ensino do futuro vai ser o ensino à distância (...) deveria haver mais instituições que funcionassem assim*», é uma das propostas de M. B.

Os «Tempos de Avaliação» foram também apontados como alvos de intervenção necessários. São propostas novas formas de organização de avaliação, mais adaptadas à realidade das estudantes trabalhadoras, como, por exemplo, a realização de trabalhos em vez de frequências/exames ou mesmo uma época especial destinada a esta população. Como defende M. J. «*Em vez de ser uma época, em que se faça a cadeira do ano inteiro (...) dividir (...) dar mais uma oportunidade*».

Ainda sobre a organização da instituição Faculdade, aparecem os «Horários dos Serviços», uma vez que estes funcionam em horários não acessíveis a quem estuda e trabalha. Verificou-se que, em muitos casos, há a necessidade de descontar dias de férias cada vez que se tem de tratar de assuntos na secretaria, tirar fotocópias na reprografia e consultar bibliografia na biblioteca: «*A secretaria está aberta até às quatro ou quatro e meia. Se eu precisasse de tratar de alguma coisa tenho que faltar ao trabalho*», afirma M. B. Uma das propostas seria a possibilidade de, pelo menos um dia por semana, poder encontrar os serviços abertos até mais tarde, para poder usufruir dos serviços a que têm direito como qualquer outro/a aluno/a e como se pode ver nas palavras de M. B. «*Os outros têm a sorte e o privilégio de poder só estudar. Eu tenho que trabalhar para pagar os estudos é essa a diferença*». Tal como concluiu Diane Reay (2003) na sua investigação, onde analisou as narrativas de mulheres que prosseguiram para o ensino superior e que tentavam conciliar a actividade profissional com as responsabilidades domésticas e com o estudo. As dificuldades económicas sentidas, em diferentes níveis, por estas mulheres revelam que os esforços necessários para o desenvolvimento dos seus projectos educacionais personalizados, visando o seu desenvolvimento pessoal, são totalmente diferentes daqueles requeridos aos seus pares sociais.

Note-se a ausência de propostas de alteração da forma familiar de funcionamento e de distribuição de tarefas, de modo que o companheiro e/ou a família encaram diferentemente a sua qualidade de estudante. Note-se, também, a ausência de referências à necessidade de que se faça um esforço para que a mulher tenha tempo para si própria. Mais uma vez se acredita que estas «não referências» indiciam uma aceitação inconsciente do papel tradicional da mulher e uma certa sensação de culpa face a uma ocupação de tempo que surge como transgredindo as normas.

Algumas reflexões finais

Neste estudo foram objecto de análise os problemas que surgem pelo facto de as mulheres despendem tempo com uma actividade que é frequentemente entendida como não revertendo directamente, e a curto prazo, para o bem-estar da família. Outra questão que emerge é o facto de a trabalhadora gastar tempo e energias numa actividade com a qual a empresa em que trabalha não irá lucrar de imediato. Por último, o facto de este horizonte de interesses poder ameaçar alguns equilíbrios relacionais existentes na família e sobretudo poder conflitar com concepções de obrigações prioritárias das mulheres, concepções essas que estruturam o «hábitus» dos familiares e da própria mulher, revela-se também como factor de dificuldades.

A causa desses conflitos surge identificada de duas formas, como afirma Ferreira (1981): «em primeiro lugar, nas exigências relacionadas com o tempo necessário para o desempenho dos papéis profissionais e familiares. [...] Em segundo lugar, a carga psicológica associada ao desempenho de cada papel, [que] condiciona a energia disponível para o desempenho do outro» (Ferreira, 1981: 74). Nestas mulheres, este facto é «mascarado», porque o investimento que fazem na sua educação/formação implica um desdobramento de papéis, tarefas e tempos e «obriga-as» a uma gestão de conflitos que lhes permite gerar uma força motivadora para atingir os objectivos, sem com isso se demitirem ou permitirem demitir de todas as suas funções domésticas e profissionais.

Os dados analisados permitiram distinguir duas ordens de problemas: por um lado, os problemas institucionais e os decorrentes da organização e funcionamento da sociedade em geral; por outro, os problemas sentidos e/ou interiorizados, muitas vezes até não consciencializados pelas próprias inquiridas e suas famílias.

Quanto aos problemas institucionais e sociais, começaremos por referir os que se relacionam com a própria instituição universitária. Os dados recolhidos indicam que a população estudante trabalhadora universitária parece ter vindo a ser encarada como um grupo neutro do ponto de vista do género. Assim sendo, parece ser reforçada a real expressão dos problemas que enfrentam as estudantes trabalhadoras na sua qualidade de mulheres no contexto universitário, social e económico.

Foi possível verificar que a organização actual das Faculdades parece não estar adequada às necessidades das estudantes trabalhadoras. Numa altura em que se preconiza a aprendizagem ao longo da vida e a constante actualização de conhecimentos e especialização dos profissionais, em que se enfatiza a participação alargada do acesso ao ensino superior, aquilo que se esperaria, em termos de adequação às realidades que hoje vivemos a este nível, iria no sentido de a Universidade estar sensível e interessada em atrair profissionais em exercício para o desenvolvimento de uma formação especializada. Haverá, assim, necessidade de acompanhar esta tendência com novas formas de organizar o funcionamento das

Faculdades. De facto, como chamam a atenção Almeida e colaboradores/as (2006), tendo em conta a crescente massificação do Ensino Superior em Portugal, e a consequente heterogeneização sociocultural, torna-se fulcral conhecer a composição desta população para que as instituições possam dar uma melhor resposta de acordo com as suas características e necessidades. Para isso, como as análises dos dados revelam, muitas alterações teriam de ser feitas, não só a nível de horários de funcionamento da secretaria, biblioteca, reprografia, cantina, etc., mas até de organização de horários. Isto para não falar da possibilidade de organização de outras estruturas de apoio, como por exemplo creches, jardins de infâncias, ATL, etc. e até mesmo da própria abertura por parte dos/as professores/as aos problemas sentidos por estas mulheres.

Quanto às entidades empregadoras, foi fácil identificar, a partir das análises feitas, o que constitui fonte de conflitos. As entidades empregadoras são descritas como não se mostrando abertas às dificuldades sentidas por estas mulheres e, mais importante, resistem em reconhecer-lhes os direitos consagrados no Estatuto do Trabalhador Estudante. Isto pode não só reflectir uma leitura muito conservadora dos papéis das mulheres, como também resultar de uma não valorização da importância do investimento académico destas trabalhadoras pela entidade patronal. Estando o lucro em jogo, muito dificilmente se conseguirá mudar a «má vontade» dos empregadores em relação a estas trabalhadoras, a não ser que houvesse, por exemplo, incentivos/benefícios fiscais para uma valorização deste tipo de trabalhadoras. No contexto actual do mercado de trabalho, marcado pela ameaça do desemprego e pela precariedade laboral, esta atitude é sentida como uma violência simbólica protagonizada pelos empregadores. A este tipo de dominação Pierre Bourdieu (1988) designa de «violência doce».

Este dado reitera a importância do aumento e mais ampla divulgação de iniciativas no âmbito da conciliação trabalho-família e da igualdade entre mulheres e homens, justificando-se, por isso, a promoção de políticas e práticas mais efectivas.

Quando se reflecte nas questões que as inquiridas referem como fazendo-se sentir a nível da família, os problemas revelam ser muito mais complexos, pois cruzam-se com a interiorização, em toda a família e nas próprias mulheres, do papel a que atrás se fez referência.

Foi sobretudo sobre este nível «microsocial» – família – que se procurou identificar problemas existentes e mudanças necessárias de atitudes e práticas, de modo a deixar de haver reservas face à vontade de valorização pessoal e, também, de haver uma efectiva partilha de responsabilidades e tarefas entre os membros do casal. Pode verificar-se, nos discursos das inquiridas, que está subjacente ao contrato conjugal a noção que são as mulheres as principais responsáveis pela área doméstica, ainda que a nível implícito, sendo muitas vezes vistas como fonte secundária do rendimento económico do agregado. Esta noção implica que seja «ela», e não «ele», a fazer os ajustamentos necessários na procura da conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico.

De salientar que o contexto familiar é um elemento fundamental na socialização primária, onde se transmitem uma série de valores e práticas. Neste sentido, «as famílias jogam um papel fundamental na socialização de rapazes e raparigas, e na formulação de práticas educativas promotoras de uma parentalidade partilhada e transmissoras dos saberes necessários para a autonomia pessoal em contexto doméstico» (Guerreiro e Pereira, 2006: 19). A presente investigação veio evidenciar que a «colonização» de que a mulher tem vindo a ser objecto, desde há muito, pela ideia de que o seu papel de companheira e dona de casa deverá constituir a sua obrigação prioritária, parece ainda estar fortemente interiorizada, pelo que esse esforço de ruptura será um processo significativamente violento. Assim sendo, a «descolonização» de mentalidades, de que em diferentes domínios falam os estudos pós-coloniais, parece representar uma tarefa urgente mas (ainda) nada fácil de conseguir.

Verificou-se ainda que, no quadro de todas as dificuldades experienciadas por algumas destas mulheres, parece existir uma tentativa de valorização pessoal que vai para além das «obrigações» domésticas e da pressão profissional. Algumas das informações recolhidas parecem representar o encontro consigo próprias, a descoberta de outras potencialidades que não as meramente domésticas e profissionais, potencialidades essas que lhes poderão permitir afirmar-se enquanto autoras dos seus projectos de vida. Porém, as inquiridas geralmente consideram que esse seu investimento pessoal não implica um desinvestimento nesse quotidiano de rotinas.

Um dos aspectos a salientar neste estudo é que as medidas sugeridas pelas mulheres estudantes trabalhadoras da nossa amostra são aplicáveis tanto a mulheres como a homens estudantes trabalhadores. Por outras palavras, elas próprias apresentam medidas concretas destinadas à melhoria do estatuto do «estudante trabalhador» e não especificamente às mulheres estudantes trabalhadoras. Isto apesar de, nas entrevistas, todas considerarem que o facto de ser mulher agrava a dificuldade na gestão dos tempos de estudo, trabalho e família. Tal facto deverá, certamente decorrer da interiorização do papel tradicional da mulher-companheira, mulher-mãe e mulher-dona de casa, cujas tarefas da família e da casa são sentidas como sendo inerentes ao seu sexo, sendo que o papel de mulher-trabalhadora e o (novo) de mulher-estudante são sentidos pela família e por elas próprias como usurpadores desse espaço.

As estudantes trabalhadoras inquiridas referem mesmo que um homem estudante-trabalhador terá «naturalmente» um maior apoio da mulher e da família, podendo dedicar-se ao trabalho e aos estudos, sem esse sentimento de culpa de estar a tirar tempo à família.

É ainda importante fazer notar que se verificou ser a divisão de tarefas mulher/homem muito pouco equilibrada entre as estudantes trabalhadoras e os seus companheiros. De facto, apesar da pouca disponibilidade de tempo, é a elas que cabe a gestão da vida doméstica, sendo que, na generalidade, os maridos/companheiros «ajudam». As mulheres, em média, continuam a assumir maior

responsabilidade pela casa, vida familiar e cuidado dos filhos do que os homens, muito embora sejam cada vez mais trabalhadoras e independentes.

A forma naturalizada como as mulheres vêem e valorizam o papel de «ajuda» dos companheiros na divisão de responsabilidades familiares e domésticas, bem como a atitude que elas têm em relação às suas carreiras faz, por exemplo, com que elas elogiem frequentemente o companheiro que «ajuda» não reivindicando uma real partilha de responsabilidades. Não obstante esta disparidade, a revisão de literatura realizada por Poeschl (cit. in Fontaine, 2004) aponta para que ambos os elementos do casal tendam a perceberem a distribuição de tarefas domésticas como justa, equitativa e satisfatória, o que seria explicado pelo seu «efeito positivo na construção social da identidade de género» (Fontaine, 2004: 100). Assim, o género não seria um papel interiorizado mas antes construído continuamente através das interacções sociais (Amâncio, 2003; Fontaine, 2004), e as tarefas domésticas ajudariam a definir e a reforçar as identidades de género dos membros do casal (Fontaine, 2004).

Mas o que reforça a ideia da importância dos valores interiorizados e dos quais resultam situações de grande violência é a constante referência que as mulheres analisadas fazem da «culpa» que sentem do tempo que «roubam» à família, aos filhos, ao companheiro e nunca ao tempo que «roubam» a elas próprias, e de que elas até parecem não consciencializar a falta. Assim, sentimentos de culpa, ansiedade e de inadequação relatados particularmente pelas estudantes trabalhadoras mães são uma constante. Para as mulheres estudadas, o compromisso em devolver algo à família/comunidade, em compensar esse investimento nos estudos, permite-lhes resolver as difíceis contradições entre o querer escapar do estado em que se encontram enquanto tentam preservar a sua identidade sociocultural.

Em síntese e de acordo com os dados recolhidos, podemos concluir que para algumas mulheres a formação universitária parece representar um lugar de realização pessoal. Afigura-se para algumas como um sonho antigo que ficou «adormecido» mas, em relação ao qual, havendo determinadas condições que o possibilitem, são mobilizados recursos, pessoais e frequentemente solicitados apoios familiares, para um regresso à condição de estudante. Daí o seu sentido de vitória quando este sonho se realiza e que é bem ilustrado por frases como: «*O sonho de Geologia já não é um sonho... eu vou acabar.*» M. A.

O estudo onde o presente texto se baseou foi centrado na região norte, mais propriamente na cidade Porto, onde se localizam os estabelecimentos de Ensino Superior da Universidade do Porto. Não adquiriu assim uma dimensão nacional, embora se espere que os resultados obtidos possam ser utilizados para o reconhecimento efectivo do estatuto de mulher estudante trabalhadora e como contribuição para o envolvimento das políticas e práticas de equidade.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Leandro S., Guisande, M. Adelina, Soares, Ana Paula, Saavedra, Luisa (2006), «Acesso e sucesso no Ensino Superior em Portugal: Questões de género, origem sociocultural e percurso académico dos alunos», *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), pp. 507-514.
- Amâncio, Lígia (2003), O género no discurso das ciências sociais, *Análise Social*, Vol. XXXVIII, pp. 687-714.
- Amâncio, Lígia e Oliveira, João Manuel (2002), «Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado», *Sociologia. Problemas e Práticas*, 40, pp. 45-61.
- Araújo, Helena C. (2000), «Motherhood and citizenship: educational conflicts in Portugal», in M. Arnot e J. Dillabough (orgs), *Challenging Democracy: International Perspectives on Gender, Education and Citizenship*, Londres, Routledge Falmer.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Seuil.
- Casaca, Sara Falcão (2005), «Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia», in Ilona Kovács (org.), *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora, pp. 55-84.
- CITE – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho, (2003), *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens*, Lisboa, CITE.
- Cortesão, Luiza e Stoer, Stephen R. (1995), «A possibilidade de «acontecer» formação: as potencialidades da investigação-acção», *Actas do Colóquio Estado Actual da Investigação em formação*, F.C.T./U.N.L., Monte da Caparica, pp. 377-385.
- Cruz, Sofia Alexandra (2004), «Retratos de trabalhadoras da linha de caixa de uma grande superfície», *Análise Social*, Vol. XXXIX (172), pp. 571-594.
- DGES – Direcção Geral do Ensino Superior, (2005), [em linha] disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt> [consultado em Setembro de 2005].
- Eurostudent (2005), *Inquérito Sócio-Económico aos Estudantes do Ensino Superior – (2003-2005)*, CIES – ISCTE, disponível em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/ForumpesquisaCIES_estudantesdoensinosuperior.ppt [consultado em Julho de 2008].
- Ferreira, Virgínia (1981), «Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, pp. 47-86.
- Fontaine, Anne Marie, Andrade, Cláudia, Matias, Marisa, Gato, Jorge e Mendonça, Maria (2004), «Reflexões acerca da conciliação entre a vida familiar e profissional: o Projecto Famwork», *Revista Ex-aequo*, 11, pp. 97-108.
- Freire, Paulo (1980), *Conscientização – Teoria e Prática da Libertação, Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, S. Paulo, Moraes.
- Freire, Paulo (1970), *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Guerreiro, M. Dores e Perista, Heloísa (1999), «Trabalho e família», em *Inquérito à Ocupação do Tempo*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Guerreiro, M. Dores e Pereira, Inês (2006), *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- INE (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999 – Principais Resultados*, Lisboa.
- INE (2002), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Lisboa.
- Lalanda, Piedade (2000), «A minha vida são eles: a individualização na construção identitária da mulher», *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, pp. 17-19 Abril, 2000.

- Lister, Ruth. (1997), *Citizenship – Feminist Perspectives*, New York, New York University Press.
- Magalhães, António M. (2001). *Higher Education Dilemmas and the Quest for Identity: Politics, Knowledge and Education in an Era of Transition*, Enschede, University of Twente Press.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2007), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas, 2007*, Relatório Final, Lisboa, CIES-ISCTE.
- McCarthy, Cameron (1988), *Race, Identity, and Representation in Education*, Routledge, New York & London.
- Núncio, Maria José (2008), *Mulheres em Dupla Jornada. A Conciliação entre o Trabalho e a Família*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pintassilgo, Maria de Lourdes (1981), *Os Novos Feminismos*, Lisboa, Moraes Editores.
- Reay, Diane (2003), «A risky business? Mature working-class women students and access to higher education», *Gender and Education*, 15, 3, September, pp. 301-317.
- Rocha, Cristina e Ferreira, Manuela (2006), *As Mulheres e a Cidadania – as Mulheres e o Trabalho na Esfera Pública e na Esfera Doméstica*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Young, Iris (1997), *Intersecting Voices – Dilemmas of Gender, Political Philosophy, and policy*, Princeton, Princeton University Press.

Mónica Oliveira, Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e mestranda em Psicologia da Saúde. Co-autora e investigadora no Projecto «Mulheres estudantes trabalhadoras na Universidade do Porto: *uma licenciatura "fora de tempo" ou "sem tempo"?*», promovido pela APEM e coordenado pelas Professoras Doutoradas Helena Costa Araújo e Luiza Cortesão (2005-2007). Actualmente é Bolseira de Investigação no IPFP no Projecto SEARA – Sucesso Educativo e Autonomia Relativa Alargada (Projecto financiado pela FCT).

Endereço: Instituto Paulo Freire de Portugal
Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-392 Porto
Endereço electrónico: monicaoliveira@gmail.com

Eva Temudo, Licenciada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e mestranda em Ciências da Educação.

Co-autora e investigadora no Projecto «Mulheres estudantes trabalhadoras na Universidade do Porto: *uma licenciatura "fora de tempo" ou "sem tempo"?*», promovido pela APEM e coordenado pelas Professoras Doutoradas Helena Costa Araújo e Luiza Cortesão (2005-2007). Actualmente é Bolseira de Investigação no IPFP no Projecto SEARA – Sucesso Educativo e Autonomia Relativa Alargada (Projecto financiado pela FCT).

Endereço: Instituto Paulo Freire de Portugal
Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-392 Porto
Endereço electrónico: eva.temudo@gmail.com

Artigo recebido em 31 de Maio de 2008 e aceite para publicação em 10 de Setembro de 2008.